Educação de Qualidade e Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho: Um Direito e um Desafio Social

Autor(res)

Luciana Calado Pena
Stefany Beatriz Reis Rodrigues
Rayssa Lorrayne Campos Eufrasio

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A educação de qualidade é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo e sua inserção no mercado de trabalho. Neste cenário, é crucial compreender como a formação educacional pode preparar os jovens para o exercício profissional, seja como
empregados ou empreendedores. Este trabalho aborda a importância da educação enquanto instrumento de promoção social, bem como os mecanismos legais existentes para a inclusão dos jovens no mundo do trabalho, analisando os direitos trabalhistas assegurados e os desafios enfrentados por essa parcela da população.

Objetivo

Analisar a relação entre educação de qualidade e a introdução do jovem no mercado de trabalho, destacando os direitos trabalhistas e os dispositivos legais que garantem sua proteção e qualificação profissional.

Material e Métodos

Este trabalho foi elaborado com base em uma revisão bibliográfica de dispositivos
legais, como a Constituição Federal de 1988, a CLT e as Leis nº 10.097/2000 e nº
11.788/2008, além da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº
9.394/1996). O método adotado foi qualitativo e exploratório, com análise de conteúdo documental voltado à compreensão dos direitos e mecanismos legais que possibilitam a inserção protegida e formativa dos jovens no mercado de trabalho. Também foram
observadas diretrizes de políticas públicas voltadas ao ensino médio e à formação técnica, para identificar como essas medidas influenciam a preparação do jovem para
o mundo profissional.

Resultados e Discussão

A análise demonstrou que, embora a legislação brasileira disponha de mecanismos
como o estágio e o contrato de aprendizagem para promover a entrada do jovem no

mercado de trabalho, ainda há desafios relacionados à desigualdade social, falta de infraestrutura educacional e ausência de políticas públicas eficazes. A educação, quando aliada à formação técnico-profissional, contribui para o desenvolvimento de competências importantes para o exercício da cidadania e do trabalho. No entanto, a implementação dessas medidas deve ser acompanhada e fiscalizada para garantir sua efetividade. A presença do Poder Judiciário como fiscalizador dos direitos também se mostra relevante, especialmente diante de violações trabalhistas. É essencial valorizar a educação como meio de inclusão e de transformação social.

Conclusão

A educação de qualidade, aliada a políticas públicas eficazes e mecanismos legais como o estágio e a aprendizagem, é essencial para a inserção qualificada dos jovens no mercado de trabalho. Apesar dos avanços, persistem desafios estruturais que exigem ações contínuas do Estado e da sociedade para garantir a efetividade desses direitos.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a aprendizagem.
BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT). Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.